

GREVE E RESPONSABILIDADE PELO ORÇAMENTO

Os docentes da UNICAMP completam hoje 34 dias de greve. Nossa responsabilidade no movimento é enorme, pois fomos os primeiros a votar o indicativo de greve do Fórum e seremos, agora, os primeiros a votar o seu segundo indicativo de continuidade, após uma súbita, ainda que tardia, iniciativa do CRUESP de reabrir as negociações. Não era essa a expectativa do comando de greve ao convocar a plenária de hoje, cuja primeira pauta, enviada por correio eletrônico, tinha como ponto principal a reunião do CONSU do dia 30.

Uma reunião ordinária do CONSU que incluía, como ponto de pauta, uma revisão do orçamento vai de encontro à decisão de Assembléia de que o CONSU só se reuniria extraordinariamente, para tratar da greve. Na USP, uma reunião com esse fim ocorrerá em 16/5 e terá grande força ao movimento, com o documento reproduzido na página 2. Em contraste, na UNICAMP, a pressão da reitoria sobre os diretores e representantes docentes em favor da reunião ordinária tornaram imperativo submeter à discussão de Assembléia o risco de uma tal revisão ocorrer às pressas na terça-feira, à revelia dos representantes de estudantes e funcionários, que já se haviam manifestado contrários à realização da reunião. Parece óbvia a manobra da reitoria de tentar legitimar, via CONSU, um limite, ainda insuficientemente discutido, ao reajuste salarial possível.

Para a surpresa de todos, às 17h do dia 26, enquanto essa discussão se fazia no comando de greve, a diretoria recebeu uma convocação do CRUESP para uma reunião de negociação às 8h de sábado, dia 27, na Escola Politécnica da USP. Surpresa maior veio quan-

do o CRUESP, ao invés de se pronunciar sobre a contraproposta do Fórum, tirou da manga uma nova proposta, que, em linhas gerais, reproduz aquela aqui circulada como dos diretores: mais 4,25% sobre o salário de março, a partir de maio, e uma política de repasses do excedente da arrecadação a ser definida por uma vaga comissão. O passo avolumou-se no momento seguinte, em que o reitor da USP, professor Jacques Markovitch, afirmou estar a proposta no limite máximo julgado viável pela Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP) daquela universidade, à qual outras alternativas haviam sido submetidas.

O evidente pacto entre os reitores em torno de uma proposta que, ao que se sabe, teria nascido na UNICAMP, tomando como ponto pacífico as dotações orçamentárias da reitoria, confirma uma análise que já havia sido esboçada em algumas falas de plenárias da nossa Assembléia Geral Permanente: esta é a greve da responsabilidade pelo orçamento. No duro embate entre os Boletins da Adunicamp e os Comunicados da Reitoria – cuja distribuição nas quantias é a mais perversa lição tirada do seu passado sindicalista pelos membros da administração central da universidade –, ficou patente o intuito de impor um projeto de universidade, que, diga-se de passagem, rasga um programa de gestão legitimado pelo voto, através da ideologia da exatidão dos números. Foi um corpo a corpo entre os números, deliberadamente confusos, da reitoria (lembre-se, a propósito, um cálculo que nos atribuía a reivindicação de 25% a partir de abril, inflando o comprometimento) e os números, admitidamente hipotéticos, porém ponderados por uma análise econômica e política, do Fórum.

lise econômica e política, do Fórum.

Ainda que alguns insistam em alegar que trabalhamos com um comprometimento médio que inviabilizaria a UNICAMP, a comunidade está convencida de que, com a arrecadação de 2000, algo em torno de 89% ou 90% não só é possível como também encontra amplo respaldo nos orçamentos dos últimos anos. Essa convicção baseia-se na certeza de que o maior patrimônio de uma universidade é o seu contingente humano – docentes, funcionários e alunos, que não podem ficar reféns das decisões políticas ocultas por trás dos detalhes técnicos dos orçamentos das reitorias.

Já demonstramos nossa disposição para reduzir o índice em troca de uma política salarial responsável, que se assente na transparência orçamentária e no respeito ao papel das entidades como representação da comunidade. O que não podemos aceitar é que o reitor da universidade de menor comprometimento com a folha salarial passe, de uma hora para outra, a esconder, por trás da sua Comissão de Orçamento e Patrimônio, cálculos que, na realidade, tiveram origem em prioridades, não discutidas com a comunidade, das reitorias das universidades de comprometimento historicamente maior.

A definição do grau comprometimento e das prioridades que o regem é uma bandeira essencial para o movimento em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade no Estado de São Paulo.

PELA TRANSPARÊNCIA NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA! PELA CONTINUIDADE DA GREVE! PELA SÉRIE DA NEGOCIAÇÃO!

PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA PERMANENTE

Às 14 horas — Auditório Maurício Tragtenberg (Adunicamp).

Pauta:

- 1) Informes;
- 2) Avaliação da reunião com Cruesp (no dia 27/5, sábado);
- 3) Indicativo do Fórum;
- 4) Consu de 30/5.

Dia 29/5
(segunda-feira)

CRUESP



Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas

COMUNICADO CRUESP n° 04/2000-05-27

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas – CRUESP, com base nos princípios de negociação encaminhadas ao Fórum das Seis, deliberou apresentar uma nova proposta para a recomposição salarial que totaliza 15%, como se segue:

- o acréscimo, a partir de maio de 2000, de um reajuste salarial adicional de 4,25% (pagos em junho),
- os 7% de aumento já concedidos no mês de abril,
- e mais os 3,75% de aumento de abril a dezembro de 2000 concedidos antecipadamente sob a forma de um abono salarial.

A incorporação formal aos salários dos 3,75% a partir de janeiro/2001 será tratada com absoluta prioridade na elaboração dos Orçamentos das Universidades para o próximo ano.

O CRUESP reafirma, nesta oportunidade, os princípios para as negociações apresentados em 23/05. Assim sendo, traz ainda a proposta de uma política salarial baseada nas perspectivas de uma evolução da arrecadação do ICMS paulista e que consiste em:

- criação de comissão conjunta para acompanhamento da arrecadação do ICMS e de sua destinação,
- aplicação majoritária das diferenças de arrecadação para salários;
- recomposição salarial ao longo do período maio/2000 a abril/2001, com fundamento na arrecadação realizada.

O CRUESP destaca finalmente os demais princípios que fundamentam esta proposta:

- obediência às diretrizes orçamentárias aprovadas pelos Conselhos Universitários;
- cumprimento das obrigações previdenciárias (IPESP, IAMSPE, INSS) e judiciais (precatórios);
- manutenção da isonomia USP/UNESP/UNICAMP, conforme praticada até o presente;
- política de contratação de servidores docentes e técnico-administrativos para preenchimento de vagas.

Esta nova posição das três Universidades Estaduais de São Paulo é possível em decorrência de remanejamento das destinações orçamentárias anteriormente estabelecidas, ouvidos os dirigentes das unidades de ensino e pesquisa e obedecidos critérios de absoluto rigor técnico.

Chega o CRUESP, com esta proposta, ao teto das possibilidades existentes. A cessação da greve constitui pré-condição para que esta proposta seja implementada e que se possam discutir as demais questões essenciais da vida acadêmica.

O CRUESP

Nota Oficial do Fórum das Seis

O Fórum das Seis recebeu durante a rodada de negociação, sábado, 27/5, proposta do CRUESP que consiste em 3,97% de reajuste sobre o salário de maio/2000 (totalizando 11,25% sobre o salário de março/2000), juntamente com propostas pouco detalhadas de política salarial entre a data-base de 2000 e a de 2001.

Se, por um lado, a proposta do Cruesp indica avanços de postura, por outro permanece aquém das possibilidades objetivas das universidades em relação aos salários.

No sentido de fazer avançar as negociações, o Fórum das Seis havia proposto um método para tratar as questões salariais, envolvendo reajustes na data-base e reajustes periódicos de salários. A contra-proposta encaminhada anteriormente ao CRUESP foi de 12,15% de reajuste na data-base (totalizando 20% de reajuste sobre o salário de março/2000) e reajustes trimestrais balizados na razão entre a evolução agregada do ICMS e dos salários. O Cruesp declarou que não teve tempo hábil de estudar a proposta, comprometendo-se a dar uma resposta o mais rápido possível.

A proposta apresentada hoje pelo Cruesp será remetida, para avaliação definitiva, às assembleias de professores e funcionários em todo estado de São Paulo.

O Fórum das Seis enviará ao Cruesp pedido de agendamento de nova rodada de negociação para terça-feira, 30/5, e indica a continuidade da greve para garantir o progresso das negociações em defesa da universidade pública e das nossas reivindicações.

São Paulo, 27 de maio de 2000

Documento do Conselho Unversitário da USP

O seguinte documento recebeu 67 assinaturas (de 105 possíveis) de membros do Conselho Universitário e foi entregue ao reitor da USP:

Nós, membros do Conselho Universitário da USP abaixo-assinados, solicitamos ao Magnífico Reitor Prof. Dr. Jacques Marcovitch que promova junto ao CRUESP uma agenda contínua de negociações com o Fórum das Seis, com periodicidade máxima de uma semana, tendo como objetivo a elevação do índice de reajuste salarial na data-base de 2.000 e a recuperação de perdas salariais a partir de maio de 95.

São Paulo, 16 de maio de 2.000.

As negociações devem continuar

Em uma negociação, espera-se, antes de mais nada, que haja diálogo entre as partes. Não foi sem surpresa, portanto, que o Fórum foi para uma reunião de negociação, em 27/5, em que o Cruesp afirmou não ter tido tempo de avaliar nossa proposta de política salarial. Ao contrário, recebemos do Cruesp o seguinte pacote (ver texto integral na página 2):

- 1) Sobre o salário de abril, já acrescido de 7%, somam-se 4,25%, totalizando 11,25%;
- 2) O abono de 25% pago em abril terá "absoluta prioridade" na sua incorporação (como reajuste de 3,75%) a partir de janeiro de 2001;
- 3) Proposta de política salarial "baseada nas perspectivas de uma evolução da arrecadação do ICMS paulista."

Devemos fazer uma avaliação detalhada da reunião e do Cruesp. Antes de mais nada, cabe informar que foram pedidos aos Reitores esclarecimentos como: 1. qual a disposição do Cruesp em negociar uma melhora do índice; 2. quais seriam, concretamente, os elementos da política salarial, já que a proposta do Cruesp é vaga e genérica; 3. qual seria a data da próxima reunião de negociação. Não houve resposta a nenhum desses pedidos de esclarecimento.

Com isso, a proposta do Cruesp suscita mais dúvidas do que certezas. Vamos às dúvidas não esclarecidas pelos Reitores:

1. *Índice.* O Comunicado Cruesp fala em recomposição de 15%. Mas onde estão esses 15%, se o que tivemos em abril foi um abono e se a incorporação de 3,75% ao salário é uma *promessa para janeiro de 2001*? O que temos de concreto, portanto, em termos de reajuste salarial é 11,25%.
2. *Comissão.* O texto do comunicado diz: "criação de comissão conjunta para acompanhamento da arrecadação do ICMS e de sua destinação". "Conjunta" de quem com quem? Além disso, a proposta é a de que a tal comissão seja de "acompanhamento", que tenha um papel consultor, portanto. Qual seria então o avanço frente à situação atual?
3. *Repasse para salários.* O Comunicado Cruesp diz: "aplicação majoritária das diferenças de arrecadação para salários". O que é "aplicação majoritária"? Sabemos que pode ser uma porcentagem entre 51 e 100%. Qual será, concre-

tamente? E como definir "diferenças de arrecadação"?

É uma vitória de nosso movimento que os Reitores tenham avançado no índice. Mas é uma vitória ainda mais importante que tenham incorporado aos seus discursos a idéia de uma política salarial vinculada a "diferenças de arrecadação".

Mas, agora, queremos que o Cruesp venha do discurso para a prática e negocie com as entidades uma fórmula automática de repasses de aumentos de arrecadação para salários. Nosso movimento propôs concretamente uma tal fórmula, vinculando-a à nossa reivindicação de recomposição de perdas salariais de 32%. Índice e política salarial são, para nós, indissociáveis. Da maneira como está formulada no Comunicado Cruesp, não só não há uma verdadeira política salarial (apenas uma declaração de suas intenções), como seu propósito é claramente desmobilizador.

Nossa greve é forte e vitoriosa. Vamos conseguir com ela uma política salarial definida, clara, na forma de um acordo assinado entre as partes. Não podemos aceitar, portanto, a afirmativa do Comunicado de que a "cessação da greve constituir pré-condição" para a implementação de qualquer proposta. Pela continuidade das negociações:

POLÍTICA SALARIAL JÁ!

Eleição do Andes-SN

A Comissão Eleitoral Central encerrou seus trabalhos no dia 27/5. Os resultados apresentados foram:

Total de eleitores:	66.874
Chapa 1:	10.494 (42%)
Chapa 2:	13.304 (53,25%)
Branco:	779 (3,12%)
Nulos:	409 (1,64%)
Total de votos:	24.986 (37,36%)

Com esse resultado a Chapa 2 foi considerada vitoriosa. Os resultados implicam em um acréscimo de eleitores (quase 2/5 de categoria). É, evidentemente, uma vitória para o nosso Sindicato independente de quem foi o vitorioso.

A diretoria da Adunicamp saúda a Chapa 2, vitoriosa, e conclama a todos, sem diferença de preferências programáticas e eleitorais, a fortalecerem o Sindicato. Em particular, apresenta aos companheiros da Adunicamp, que foram candidatos, seu abraço militante.

PE – Precários, especiais ou excluídos?

Os percalços e ansiedades vividos pelos docentes da Parte Especial, no ano passado, quando a Unicamp se viu empenhada em realizar os concursos para efetivação dos docentes da PE, representaram apenas um capítulo de um penoso processo, cujos desdobramentos sinalizam para um quadro de precarização dos contratos de trabalho, que hoje não podem ser compreendidos fora do processo de desmonte por que passa a Universidade Pública.

Se, naquele momento, os PE II foram excluídos da possibilidade de prestar os concursos, considerados mesmo como "casos perdidos", o que se assiste hoje é a um desmantelamento da Parte Especial que atinge a todos os integrantes deste quadro — PE II e PE III. Desmantelamento que se configurou, de forma explícita, com a aprovação da deliberação CONSU A-1/2000, de nefastas conseqüências imediatas não apenas para os docentes da Parte Especial, como para a própria Universidade.

Alterando a deliberação CONSU A-29/90, a deliberação aprovada em 28/03/2000 e publicada em Diário Oficial de 12/04/2000 dá um novo estatuto à Parte Especial, reforçando o caráter temporário dos contratos ao instaurar novos processos para a continuidade dos docentes na Universidade. A nova deliberação impossibilita a prorrogação dos contratos já existentes, altera

mecanismos para abertura de vagas na PE, veta a passagem dos atuais PE II para PE III.

As alterações que incidem sobre a passagem de PE II para PE III e renovação dos contratos dos PE III colocam-nos, de imediato, em uma situação de muita expectativa. Nos dois casos, a nova deliberação apresenta apenas duas alternativas: os docentes PE II que concluírem seus doutorados devem prestar concurso para a Parte Permanente ou, se isso não for possível, prestar novo processo seletivo, nos moldes da nova deliberação. Já os atuais PE III, que não consigam passar para a Parte Permanente até a data da próxima renovação de contrato, deverão se submeter ao processo seletivo para se integrem novamente na Parte Especial.

Se, nos dois casos anteriores, o concurso público para a Parte Permanente do quadro é apontado como a solução para os atuais integrantes da PE, temos um agravante: a Unicamp não dispõe de cargos para a realização de concursos. Sendo assim, a única alternativa que restaria seria a participação nos processos seletivos para a Parte Especial, sem nenhuma garantia de continuidade na Universidade. Isso significaria o rompimento com a atual relação trabalhista que liga os docentes da PE à UNICAMP (regida pela Deliberação A-29/90), podendo implicar na perda de direitos, inclusive da participação no Sistema de Previdência do Estado, ao mesmo

tempo em que faz tábula rasa do processo seletivo anterior, como também de todo o processo de avaliação a que tais docentes estiveram submetidos e pelos quais foram legitimados.

Os impasses decorrentes da implementação das medidas previstas pela nova deliberação já estão se fazendo sentir em algumas unidades, que já tiveram processos de renovação de contratos devolvidos pelos órgãos superiores da Universidade, com a recomendação de adequação às novas regras. Não são pequenas as incertezas que se colocam para os professores cujos contratos estão expirando, sem que tenham idéia do que vai acontecer e sem que as unidades tenham orientação do encaminhamento a dar a esses casos. Impasses e incertezas que decorrem da imposição de um dispositivo legal que altera substancialmente a natureza da Parte Especial, sem uma discussão mais ampla por parte da comunidade acadêmica.

Diante de fatos tão graves, que atingem diretamente a relação de um contingente significativo de docentes com a Unicamp, aviltando a nossa dignidade profissional e colocando em risco a vida acadêmica da própria Universidade, convocamos todos os membros da comunidade universitária para uma ampla discussão sobre o significado político e as conseqüências da nova deliberação.

**DOCENTES DA PE DA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Moção da Congregação do Instituto de Artes

A Congregação do Instituto de Artes, reunida extraordinariamente no dia 25 de maio de 2000, por ocasião de solicitação do Magnífico Reitor para discutir a situação de greve das Universidades Paulistas delibera por:

- 1) indicar ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. Hermanno Ferreira Tavares, que este demande todos os esforços necessários e vote favoravelmente junto ao Cruesp, pela retomada imediata de negociações com o Fórum das Seis Entidades, bem como a abertura imediata de negociações da reitoria da Unicamp com as Entidades Representativas dos alunos desta Universidade;
- 2) solicitar o atendimento das reivindicações dos trabalhadores da Funcamp, atualmente em greve;
- 3) repudiar à repressão que os movimentos sociais têm sofrido por parte do governo, em suas manifestações legítimas;
- 4) pelo repúdio à ação judicial e multas contra o STU.

Assembléia Extraordinária de Docentes

Dia 1 de junho (quinta-feira), às 14h, no auditório da Adunicamp

Pauta: 1) Avaliação da greve; 2) delegação para o Congresso Estadual e Nacional da CUT.